

**PARECER nº 012/2022 – CLJRF/CMC**

*Da Comissão de Legislação Justiça e Redação Final, sobre o Projeto de Resolução nº 002/2022, que “Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara de Codajás/AM”.*

Relator: **Vereador Evandro Delmiro Feitosa**

**1. RELATÓRIO**

De autoria da Mesa Diretora, submete-se à apreciação desta comissão permanente, o projeto de Resolução nº 002/2022, que aprova o Novo Regimento Interno da Câmara Municipal de Codajás

Em sua peça de Justificação a Mesa Diretora enfatiza que a presente proposta de alteração do regimento interno da Câmara Municipal de Codajás está baseada ao fato de que o regimento interno vigente é de 1985, data anterior, inclusive, a própria constituição federal, e que em muitos pontos contraria as constituições com a determinação de sessões secretas, bem como vários outros pontos que estão em desconformidade com a Lei Orgânica do Município de Codajás/AM.

É o breve relato dos fatos. Passa-se à apreciação.

**2. DA ANÁLISE JURÍDICA**

A Câmara Municipal, em virtude de sua autonomia, possui prerrogativas próprias desse órgão (artigos 51, IV e 52, XIII, da CF/88), entre as quais se destacam a elaboração do regimento interno, a organização dos serviços internos e a livre deliberação sobre os assuntos de sua economia interna (interna corporis)

Sobre o tema, leciona Hely Lopes Meirelles: “Em sentido técnico-jurídico, interna corporis não é tudo que provém do seio da Câmara ou se contém em suas manifestações administrativas. Interna corporis são somente aquelas questões ou assuntos que entendem direta e imediatamente com a economia interna da corporação legislativa, com seus privilégios e com a formação ideológica da lei, que, por sua própria natureza, são reservados à sua própria natureza, são reservados à exclusiva apreciação e deliberação do plenário da Câmara. Tais são os atos de escolha de Mesa (eleições internas), os de verificação de poderes e incompatibilidades de seus membros (cassação de mandatos, concessões de licenças etc.) e os de utilização de suas prerrogativas institucionais (modo de funcionamento da Câmara, elaboração de regimento interno, constituição de comissões, organização de serviços auxiliares etc.) e a valoração das votações (In Direito Municipal Positivo, 14ed., SP: Malheiros, 2006, p. 611).

No mais, por todos os motivos apresentados, o Projeto de Resolução nº 002/2022 não contraria qualquer mandamento constitucional, tampouco legal, estando em conformidade, razão pela qual não vislumbramos óbices à tramitação do referido Projeto de Resolução.

**3. PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

- Acompanhamos o voto do Senhor Relator, e manifestamos também **FAVORÁVEIS** pela aprovação do **Projeto de Resolução nº 002/2022** de autoria de autoria do Poder Legislativo.

Favorável, devendo ser encaminhado ao plenário para votação.

**SALA DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CODAJÁS, ESTADO DO AMAZONAS, em 22 de Setembro de 2022.**



**VALCIRRAN DE ASSIS GONÇALVES**  
Presidente



**ALINE DAIANE DE SOUZA**  
Membro



**EVANDRO DELMIRO FEITOSA**  
Relator-Designado